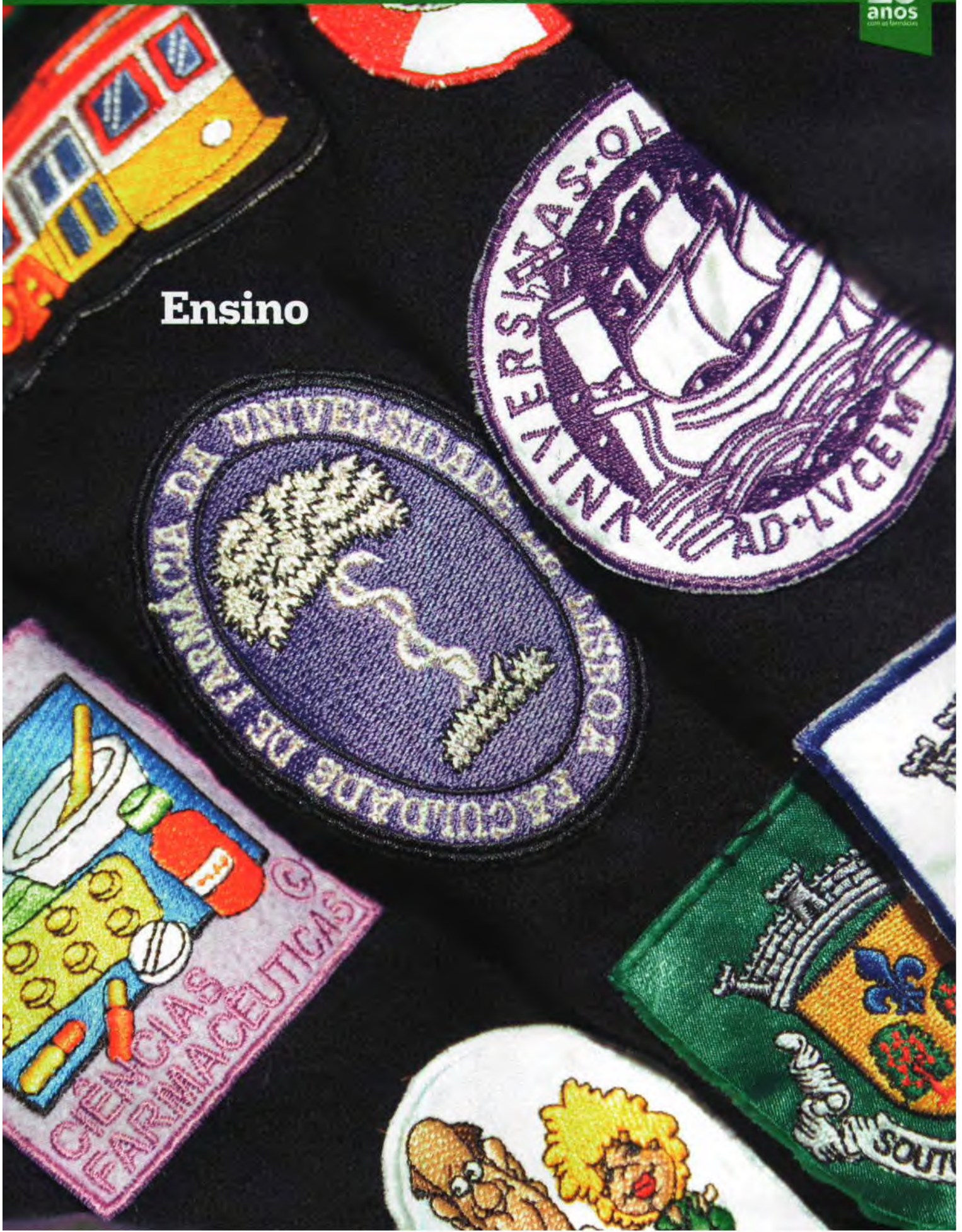


Ensino



ENSINO

O Ensino da Farmácia e a formação dos farmacêuticos portugueses

Introdução

O ensino da Farmácia em Portugal e a formação dos farmacêuticos portugueses nos últimos 25 anos leva-nos a recuar ao início da década de noventa do século XX. E esta década mostra-se particularmente importante para a formação dos farmacêuticos portugueses por razões de ordem institucional, pedagógica e simultaneamente científica.

Contudo, ficaria incompleta esta breve abordagem do Ensino farmacêutico nos últimos 25 anos se não referíssemos o rasto histórico desse mesmo Ensino e da formação dos boticários e farmacêuticos em Portugal. Por isso, julgamos tornar-se pertinente antes de nos focarmos nos últimos 25 anos, fazermos uma breve história da formação dos boticários e dos farmacêuticos em Portugal, pelo menos nas refor-

Ficaria incompleta esta breve abordagem do Ensino farmacêutico nos últimos 25 anos se não referíssemos o rasto histórico desse mesmo Ensino e da formação dos boticários e farmacêuticos em Portugal.

mas e alterações mais relevantes, por duas razões: para mostrar a importância multissecular dos boticários e farmacêuticos para a sociedade; por outro lado, para dar a conhecer a antiguidade da formação dos boticários e mais tarde dos farmacêuticos em Portugal. Simultaneamente pretendemos mostrar que o Ensino farmacêutico nos últimos 25 anos decorre, justamente, desta tradição antiga de ensino farmacêutico em Portugal em prol da saúde e bem-estar dos portugueses.

Os primórdios: do século XVI a finais do século XVIII. O ensino em boticas
 Há informações de cartas de profissão de boticários desde o século XIV. Contudo, a obrigatoriedade de estatuto profissional para o exercício da profissão de



João Rui Pita
 Professor da Faculdade de Farmácia;
 Investigador do CEIS20*

boticário data de 1521 através do Regimento do Físico Mor do Reino. Este documento determinou como condição para o exercício da arte farmacêutica a necessidade de uma carta profissional. No reinado de D. Sebastião, a Universidade de Coimbra passou a proporcionar um conjunto de partidos (o partido era um subsídio que era concedido a alguns alunos para frequentarem um dado curso) para quem quisesse ser boticário. O regime escolar era prático: os alunos matriculados na Universidade depois de terem aprendido latim (dois anos) aprendiam a arte farmacêutica numa botica (quatro anos) e depois, passado o tempo de aprendizagem, vinham fazer exame à Universidade. A instrução era dada pelo mestre boticário e proprietário da botica que recebia a verba atribuída

ENSINO

ao partido para fazer face às despesas. Se fossem considerados aptos podiam abrir botica onde entendessem. Paralelamente a este regime de formação através da Universidade de Coimbra, considerado um dos mais antigos do mundo integrado numa Universidade, havia também a formação através do físico-mor. Esta consistia no seguinte: os que quisessem ser boticários podiam fazer a aprendizagem prática numa botica e após esse tempo de prática sob a tutela de um mestre boticário faziam exame perante o físico-mor ou um seu delegado. Este estado de coisas manteve-se muitos anos — até 1772.

Do curso de boticários da Universidade de Coimbra às Escolas de Farmácia

Em 1772, na Universidade de Coimbra, através dos Estatutos pombalinos da Universidade, foi fundado um curso de boticários que sucedeu ao que havia sido estabelecido no século XVI. Contudo, neste caso, a aprendizagem era feita dentro do espaço da Universidade, no Dispensatório Farmacêutico do Hospital Escolar, depois dos alunos terem aprendido química no Laboratório Químico da Universidade também fundado em 1772. O regime do Físico Mor manteve-se paralelamente a esta formação. Esta situação de dupla formação de boticários em Portugal manteve-se até 1836. Neste ano foi extinta a via do Físico-Mor e foram fundadas as Escolas de Farmácia de Lisboa, do Porto e de Coimbra fruto das reformas educativas de Passos Manuel e da movimentação socioprofissional de muitos farmacêuticos portugueses. Neste particular foi muito importante o papel da Sociedade Farmacêutica Lusitana ao longo do século XIX. As duas primeiras Escolas referidas estavam afetas às Escolas Médico-Cirúrgicas e a de Coimbra anexa à Faculdade de Medicina. A formação concedida nas Escolas vinha ao encontro das exigências que a profissão farmacêutica fazia. Na verdade, as modificações profundas que



FFUC antiga

As modificações profundas que estavam a ser operadas no setor da farmácia e do medicamento exigiam uma formação mais alargada do farmacêutico que ao longo do século XIX foi consolidando a sua faceta de profissional de uma área imprescindível à sociedade e sustentada em bases científicas para o seu exercício.

estavam a ser operadas no setor da farmácia e do medicamento exigiam uma formação mais alargada do farmacêutico que ao longo do século XIX foi consolidando a sua faceta de profissional de uma área imprescindível à sociedade e sustentada em bases científicas para o seu exercício. É a gradual transformação do boticário em farmacêutico e da botica em Farmácia. O medicamento passou a ter exigências que não se compadeciam com uma formação apenas pela prática. Exigia uma criteriosa formação científica. Esta situação com especificidades próprias não se circunscreveu a Portugal. Foi um processo que se alargou, com maior ou menor intensidade, a muitos países. Contudo, depois de 1836 passaram a existir os farmacêuticos de 1ª classe e os de 2ª classe. Os primeiros eram os que frequentavam as Escolas de Farmácia e os segundos eram os que se matriculavam nas Escolas faziam a sua formação durante anos numa botica aberta ao público e realizavam exame final na Universidade. Estes eram em

muito maior número do que os farmacêuticos de 1ª classe. Esta situação ocasionou divergências e fortes discussões entre a classe farmacêutica.

Da reforma de 1902 à fundação das Faculdades de Farmácia (1921): a qualificação das Escolas e do curso

Até 1902 esta situação de Ensino farmacêutico manteve-se em moldes idênticos. Neste ano, fruto das reformas de ensino de Hintze Ribeiro, o curso e as Escolas de Farmácia tiveram modificações profundas. A formação era de dois anos com quatro disciplinas de âmbito muito alargado e com esta reforma, comum às três escolas do País, o curso de Farmácia passou a ser considerado superior. Em 1911 a reforma republicana do Ensino universitário ocasionou uma nova reforma do Ensino farmacêutico que alargou o número de anos de formação, considerou o Ensino farmacêutico como autónomo relativamente às Faculdades de Medicina, o que veio a ser

ENSINO

acentuado com a reforma de Ensino de 1918 que através da sua reforma de estudos especificou e modernizou alguns aspetos do Ensino farmacêutico e determinou que as escolas de farmácia se designassem por Escolas Superiores de Farmácia, dotadas de autonomia relativamente às Faculdades de Medicina. Em 1919 foi determinado que as Escolas de Farmácia passassem a conceder o grau de licenciado. Em 1921 as Escolas de Farmácia foram transformadas em Faculdades, com alteração, renovação e alargamento da formação farmacêutica correspondendo à exigências científicas e tecnológicas, aos desafios da sociedade e ao papel do farmacêutico.

De 1928 a 1968: o ensino entre duas Escolas e uma Faculdade

As medidas orçamentais restritivas do Estado Novo levaram ao encerramento de várias instituições de ensino. Esta situação atingiu as Faculdades de Farmácia. Em 1928 foi oficialmente extinta a Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra e em 1932 a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa foi transformada em Escola surgindo a instituição de Coimbra também com a designação de Escola. Entre aqueles quatro anos tiveram ainda lugar algumas alterações dos planos de estudos e organização das escolas. A partir de 1932 ficou apenas com o estatuto de Faculdade a congénere da Universidade do Porto. Nesta o curso tinha a duração de cinco anos e nas escolas o curso tinha a duração de três anos concedendo nesta caso apenas o grau de bacharel que dava para o exercício profissional de Farmácia. Esta situação manteve-se até 1968 ano em que o Ensino farmacêutico foi novamente reorganizado e uniformizado nas três instituições de Ensino do País tendo como modelo a organização curricular que já estava a ser realizada na Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto.

Da renovação de 1978 às primeiras influências europeias

Depois de alguns ajustamentos que foram realizados nos planos de estudos sobretudo após a revolução do 25 de Abril de 1974, deve referir-se em 1978 uma reforma profunda do Ensino farmacêutico. Não foi uma reforma das Faculdades mas uma reforma dos planos de estudos. Esta reforma do ensino farmacêutico que teve a participação das três Faculdades com vista a uniformizar o Ensino farmacêutico em Portugal estabeleceu três ramos (Farmácia de Oficina e Hospitalar - opção A; Farmácia Industrial - opção B; Análises Químico-Biológicas - opção C). A licenciatura passou a ter a designação de Ciências Farmacêuticas embora a nosso ver deveria ter continuado a designação de Farmácia pois o curso é conducente a um exercício profissional específico. Depois de algumas alterações, cerca de cinco anos depois, em 1988 para sintonizar a licenciatura pelos moldes europeus, voltou a introduzir-se a licenciatura única em Ciências Farmacêuticas e não dividida por opções ou ramos. Esta situação abrangia as três Faculdades de Farmácia existentes no País das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra, embora os planos de estudos fossem algo diferentes nas três Faculdades, contudo equivalentes. A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, depois União Europeia, não manteve indiferente o Ensino farmacêutico e a formação dos farmacêuticos portugueses. Em causa estava tornar equivalentes os cursos nos países aderentes com as repercussões daí provenientes a nível de circulação de profissionais farmacêuticos.

Os últimos 25 anos de Ensino farmacêutico em Portugal

A partir da década de noventa, o que corresponde aos últimos vinte e cinco anos de Ensino farmacêutico, deve assinalar-se o seu alargamento para além das três

Faculdades oficiais existentes no País. Em 1993 foram criadas as duas primeiras licenciaturas em unidades de Ensino privadas, no Instituto Superior de Ciências da Saúde Norte (Gandra) e no Instituto Superior de Ciências da Saúde Sul (Monte da Caparica). Em 1999 foi aprovada a licenciatura em Ciências Farmacêuticas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa. Em 2001 foi autorizado o funcionamento da licenciatura em Ciências Farmacêuticas na Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Fernando Pessoa, no Porto.

Além deste período de institucionalização de Ensino privado farmacêutico, devem assinalar-se mais dois cursos de Ciências Farmacêuticas sob tutela do Estado: Universidade do Algarve (Faro), em 2005 e na Universidade da Beira Interior (Covilhã), em 2006. Deve salientar-se que estes cursos em Universidades do Estado não são lecionados em Faculdades de Farmácia. Na Universidade do Algarve, o curso está integrado na Faculdade de Ciências e Tecnologia que, além das Ciências Farmacêuticas, integra Ciências Biológicas e Bioengenharias; Ciências da Terra, do Mar e do Ambiente; Engenharia Eletrónica e Informática; Física; Matemática; e Química. Na Universidade da Beira Interior, o curso de Ciências Farmacêuticas está integrado na Faculdade de Ciências da Saúde, que integra Medicina, Biomedicina, Ciências Farmacêuticas, Optometria e Ciências da Visão.

Esta condição, no setor público e privado, é inovadora no panorama universitário oficial português alterando uma condição secular de relação umbilical entre o curso e a instituição que acolhe o curso.

O farmacêutico é hoje um especialista do medicamento e um agente de Saúde Pública. Para o exercício profissional é necessária a inscrição da Ordem dos Farmacêuticos e esta instituição tem poderes para reconhecer ou não a formação fornecida nos cur-

A partir da década de noventa, o que corresponde aos últimos vinte e cinco anos de Ensino farmacêutico, deve assinalar-se o seu alargamento para além das três Faculdades oficiais existentes no País.

ENSINO

tos atrás referidos. Estes cursos têm que dar uma formação que conceda ao farmacêutico uma formação moderna e adequada aos desafios da sociedade atual e, simultaneamente, os cursos têm que ser reconhecidos pela instituição de tutela do exercício profissional — a Ordem dos Farmacêuticos.

O estatuto atual da Ordem dos Farmacêuticos (2015) reforça a função do farmacêutico moderno como profissional empenhado na saúde da população referindo que “o exercício da atividade farmacêutica tem como objetivo essencial o cidadão em geral e o doente em particular” (artigo 77º). A valorização do papel do farmacêutico junto da população é inequívoca. E este exercício pode ser feito em instituições como em farmácias de oficina, em serviços farmacêuticos hospitalares, em armazéns de comércio grossista de medicamentos, em indústrias farmacêuticas, em laboratórios de análises clínicas. Contudo, embora o exercício profissional absorva a maior parte dos profissionais farmacêuticos, também há farmacêuticos que desem-

Nos atuais planos de estudos, para além das matérias clássicas e inultrapassáveis na formação do farmacêutico, assistiu-se à institucionalização de matérias relacionadas com investigação laboratorial avançada.

penham funções relevantes na investigação. Mas acima de tudo deve lembrar-se que mesmo no desenvolvimento da atividade profissional o farmacêutico exerce-a sustentado em bases científicas modernas o que o tornam num profissional competente com um papel relevante e reconhecido pelo seu desempenho na sociedade atual.

Deste modo, os planos de estudos têm que articular justamente a vertente científica e a componente profissional. Nesta transição de século e neste início do século XXI, com significativas e profundas descobertas científicas e tecnológicas, com alterações profundas do ponto de vista político, social, económico, demográfico, com alterações paradigmáticas do exercício profissional, os planos de estudos têm que se ajustar, precisamente, a todas estas alterações. O farmacêutico como homem de ciência e como profissional sustentado em criteriosas bases científicas tem que ter uma preparação articulada com estas alterações que se foram operando. Nos atuais planos de estudos, para além das maté-

rias clássicas e inultrapassáveis na formação do farmacêutico, assistiu-se à institucionalização de matérias relacionadas com investigação laboratorial avançada. Também têm surgido nos últimos 25 anos de Ensino farmacêutico diversas disciplinas que ensinam aos futuros farmacêuticos os conceitos mais modernos de natureza profissional farmacêutica. Também se deve assinalar a introdução nestes últimos 25 anos de Ensino farmacêutico de disciplinas do âmbito das ciências sociais e humanísticas que refletem a importância que o farmacêutico apresenta para a sociedade e que a nosso ver devem ser consideradas imprescindíveis na formação do farmacêutico moderno. Este reconhecimento é também uma realidade em prestigiadas Faculdades de Farmácia do estrangeiro. É justamente no decorrer das alterações políticas, económicas e sociais, que apresentam um histórico, que surgem novas necessidades de recursos farmacêuticos, seja na forma de inovações de bens e produtos, como o medicamento, seja na forma de meios e de funções de fundo político, social e económico. Qualidade, segurança e eficácia constituem três preocupações transversais do mundo farmacêutico atual em benefício de todas as partes envolvidas nos processos e atos farmacêuticos. A ética e a deontologia constituem pilares fulcrais de complementaridade às normas jurídicas existentes e aos regulamentos que condicionam o exercício das diferentes práticas farmacêuticas. A terminologia farmacêutica e a terminologia científica farmacêutica revelam este estado de coisas. Por isso não é de estranhar que nos últimos 25 anos de Ensino farmacêutico tenham entrado nos planos de estudo em Ciências Farmacêuticas, como concorrentes de matérias mais tradicionais, unidades curriculares como: Biologia Molecular, Farmacotoxicologia Bioquímica, Genética Molecular, Neurociência Molecular e Celular, Biofarmácia e Farmacocinética, Biotecnologia Farmacêuti-



FFUC nova

ENSINO



ca, Dermofarmácia e Cosmética, Cosmetologia, Farmácia Clínica, Envelhecimento e Acompanhamento Geriátrico, Bioestatística, Nutrição Humana, Farmacovigilância, Farmacoepidemiologia, Assuntos Regulamentares do Medicamento, Gestão e Garantia de Qualidade, Comunicação e Marketing Farmacêutico, Sociologia da Saúde, Gestão e Informação em Saúde, Políticas e Sistemas de Saúde.

Foi nos últimos 25 anos que se introduziu no Ensino Superior o designado processo de Bolonha, iniciado em 1998, e que, muito logicamente, abrangeu o Ensino farmacêutico. A ideia que presidia a este processo era que, com as especificidades inerentes aos diferentes países e instituições, deveria ser possível a qualquer estudante de Ensino Superior de qualquer país europeu desenvolver os seus estudos e obter graus e diplomas reconhecidos em qualquer universidade de qualquer Estado-Membro da União Europeia. Ora isto implicava um funcionamento integrado das instituições com um regime de graus académicos semelhantes de modo a que os diplomas conferidos fossem considerados equivalentes tanto do ponto de vista científico como profissional. O assunto foi focado em cimeiras

européias e era objetivo fazer da Europa uma região geográfica dotada de um nível de conhecimento que a tornasse altamente competitiva e com isso proporcionar um elevado e consistente crescimento económico o que proporcionaria mais empregos e um processo mais consistente de coesão social. O sistema de Bolonha previa uma adoção de um sistema assente em dois ciclos: licenciatura e mestrado. É nesta sequência que em Portugal surgem os Mestrados Integrados em Ciências Farmacêuticas: três anos de formação base (licenciatura) continuados por mais dois anos para conceder o grau de Mestre, condição esta a necessária para a inscrição atual na Ordem dos Farmacêuticos. Também foi nesta sequência que se constituíram nas diferentes instituições de Ensino farmacêutico em Portugal variados mestrados de natureza mais científica e, ainda, uma carteira de doutoramentos, com especialidades variadas, alguns deles articulados com o meio empresarial e que tentam implementar a filosofia de Bolonha. Até que ponto é que este processo melhorou a formação dos farmacêuticos portugueses? Até que ponto este processo melhorou a aprendizagem? Até que ponto este processo promove a

função do professor como investigador e docente? Julgamos que ainda não temos resposta concreta. A história recomenda-nos prudência nas análises a realizar. Mas aproxima-se o tempo, julgamos que dez anos será tempo suficiente, para realizarmos uma avaliação de todos este processo e reflexos na formação do farmacêutico português.

Conclusões

Independentemente de apreciações que se possam fazer sobre a pertinência ou não de diversos cursos de Ciências Farmacêuticas em Portugal, sobre a abertura ao regime privado de escolas farmacêuticas, da existência e da natureza dos *numerus clausus*, independentemente destas e de outras apreciações que se possam fazer, é certo, que nos últimos 25 anos de Ensino farmacêutico em Portugal, à semelhança do que aconteceu noutros períodos históricos, a formação do farmacêutico foi-se adaptando às novas realidades científicas e tecnológicas e às novas realidades em função dos desafios e das novas propostas da sociedade. Julgamos estar em causa o alargamento do seu papel como profissional de saúde o que traz novos desafios ao ensino farmacêutico. O farmacêutico moderno com a formação obtida está em condições de se assumir como um especialista do medicamento e como um agente de Saúde Pública em prol da defesa da saúde e bem-estar do cidadão em geral e do doente em particular. 🌱

*Universidade de Coimbra - Portugal
E-mail: jr.pita@ci.uc.pt

O sistema de Bolonha previa uma adoção de um sistema assente em dois ciclos: licenciatura e mestrado. É nesta sequência que em Portugal surgem os Mestrados Integrados em Ciências Farmacêuticas: três anos de formação base (licenciatura) continuados por mais dois anos para conceder o grau de Mestre, condição esta a necessária para a inscrição atual na Ordem dos Farmacêuticos.

Bibliografia

- BROJO, A. Pinho; REBELO, Maria de Lourdes, PITA, João Rui (Org.) — *Farmácia, Ciência e Universidade. A fundação da Faculdade de Farmácia de Coimbra em 1921*. Coimbra: Minerva, 2000
- DIAS, J.P. Sousa — *Instituições dedicadas ao ensino da Farmácia em Portugal - uma perspectiva histórica*. *Farmácia Portuguesa*. 11:53 (1988) 8-12
- PITA, João Rui — *A Escola de Farmácia de Coimbra (1902-1911)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009
- PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor; BELL, Victoria — *Pharmacy in Portugal (1950-2010) and the Pharmacist Profession*. *Acta Medicorum Polonorum*. 4 (2014) p. 29-52.

ENSINO

Na última década, o ensino da Farmácia a nível graduado e pós-graduado centrou-se na melhoria das habilidades clínicas dos farmacêuticos para intervirem em farmacoterapia. Construir farmacêuticos focados no uso efetivo e seguro da medicação foi um desígnio profissional.

1996

Surgem as primeiras iniciativas para promover o ensino privado da Farmácia. Os anos seguintes seriam de grande iniciativa por parte das Universidades privadas que apostaram também no ensino pós-graduado da área da farmácia.



2001

Programa de Cuidados Farmacêuticos da ANF. Lançado o programa piloto que viria a ter implantação nacional em 2003 na área do seguimento de doentes com asma, diabetes e hipertensão.

Inicia-se o Programa Dáder de seguimento farmacoterapêutica em Portugal.

2002

I Encontro de Casos Práticos de Seguimento Farmacoterapêutico organizado com o apoio da Universidade de Évora. Tratou-se de um evento onde se juntaram algumas dezenas de farmacêuticos de todo o país e que marcou o início de um novo ciclo na farmácia prática.

2003

Surge o GAFE (Grupo de Acompanhamento Farmacoterapêutico de Évora) com o objetivo de apoiar os farmacêuticos na implementação dos cuidados farmacêuticos. Este grupo foi um dos que se manteve ativo até ao presente dando um forte contributo no desenvolvimento e implementação de um modelo de farmácia assistencial.

2004

Início das alterações curriculares de Bolonha. A adaptação curricular de Bolonha afetou os planos curriculares que se estavam a implementar, na área da farmácia clínica, uma vez que a redução/eliminação das algumas unidades curriculares, entretanto criadas como opção, ou até como mandatórias, foram extintas, criando assim algu-



mas limitações na formação clínica dos futuros farmacêuticos.

2006

Todas as Universidade já tinham incorporadas pelo menos uma unidade curricular no âmbito da Farmácia Prática. Algumas dessas unidades vieram a cessar com a reforma de Bolonha ou passaram a ser de opção.

I Simpósio Lusófono de Cuidados Farmacêuticos e I Encontro de Cuidados Farmacêuticos Luso-Espanhol. O primeiro encontro científico profissional que reúne profissionais de Espanha e Portugal.

2007

Escola de Pós-graduação em Saúde e Gestão, intuição focada no ensino pós-graduado dos farmacêuticos.

Workshops de Casos Clínicos de Farmacoterapia de farmácia hospitalar e comunitária. Com uma adesão de farmacêuticos hospitalares e comunitários muito grande foi um dos motores para a mudança da prática.

2012



Mantendo a política de descentralização na organização de ações de formação, a Ordem dos Farmacêuticos (OF) disponibiliza aos seus membros uma plataforma de formação à distância (*e-learning*).